

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO PRONAF PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO VALE DO JEQUITINHONHA

Sérgio Campos Vieira¹
Juliana Lucena Ruas Riani²
Alexandre Queiroz Guimarães³

RESUMO

O objetivo deste artigo é propor uma reflexão sobre a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para o Vale do Jequitinhonha. Adotou-se o método analítico-descritivo para classificação dos dados secundários disponíveis no Censo Agropecuário de 2017 e no Anuário Estatístico do Crédito Rural, do Banco Central. O trabalho aponta como causas para um desempenho inferior da agricultura familiar no Jequitinhonha a concentração fundiária, a baixa cobertura de assistência técnica, a alta taxa de analfabetismo dos agricultores familiares, a baixa disponibilidade do crédito do Pronaf e a concentração do recurso disponibilizado para produtores familiares mais capitalizados.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento. Pronaf.

ABSTRACT

The objective of this article is to propose a reflection on the importance of the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) for the Vale do Jequitinhonha. The analytical-descriptive method was adopted for classification and secondary data available in the 2017 Agricultural Census and in the Rural Credit Statistical Yearbook of the Central Bank. The work points out as causes for the lower performance of family farming in Jequitinhonha the concentration of land, the low coverage of technical assistance, the high rate of illiteracy among family farmers, the low availability of Pronaf credit and the concentration of resources made available to family producers. more capitalized.

Área temática Políticas Públicas : Gênero, raça, inclusão.

Key words: Family farming. Development. Pronaf.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental no fomento do desenvolvimento econômico, especialmente em áreas rurais e economicamente desfavorecidas. Conforme apontado por Veiga (2010), é essencial reconhecer que o desenvolvimento abrange uma ampla gama de dimensões, incluindo as econômicas,

¹ Egresso do curso de Mestrado em Administração Pública da Fundação João Pinheiro.

² Professora e Pesquisadora da Fundação João Pinheiro.

³ Professor e Pesquisador da Fundação João Pinheiro.

sociais e ambientais, como definido na Agenda para 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2016). Nesse contexto, é na dimensão econômica que a agricultura familiar se destaca, contribuindo não apenas para a subsistência das famílias envolvidas, mas também para o crescimento das economias locais. Guimarães (2017) ressalta que a dimensão econômica está intrinsecamente ligada ao mercado, à renda e às condições materiais, e é nesse contexto que a agricultura familiar desempenha um papel significativo, particularmente em regiões mais pobres e com parcela significativa da população vivendo em áreas rurais.

Sen (2010) salienta que a fome e a pobreza resultam da falta de alimentos e de renda para os mais necessitados, sendo uma maneira de combatê-las a promoção do aumento da produção agrícola de base familiar, medida que não apenas amplia a liberdade dos indivíduos, mas também contribui para o pleno desenvolvimento das nações. Por sua vez, Mellor (2017) destaca o impacto positivo da agricultura familiar no declínio da pobreza, citando dados do Banco Mundial que revelam que o crescimento na pequena produção agrícola tem um impacto quatro vezes maior na redução da pobreza em comparação com outros setores econômicos.

A categoria agricultura familiar é definida levando em consideração conceitos teóricos e condicionantes operacionais (WANDERLEY, 2014). No contexto brasileiro, a agricultura familiar foi redefinida em 2006 pela Lei nº 11.326, estabelecendo objetivos e dimensões de produção específicos, a fim de fixar as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar de Empreendimentos Familiares Rurais. Recentemente, o Decreto nº 9.064, de 2017, reafirmou essa definição, destacando critérios como o tamanho da área de cultivo, a utilização da força de trabalho, a renda familiar e a gestão estritamente familiar. Assim, a agricultura familiar é um segmento da agricultura que tem sua atividade voltada para a comercialização de seus produtos e é integrada a mercados locais. Ademais, trata-se de uma atividade coordenada pela família e com uma produção variada, sendo um importante segmento para a geração de renda, a diversificação do mercado interno e o aumento consumo para as próprias famílias.

Apesar da importância da agricultura familiar, políticas agrícolas nacionais historicamente favoreceram as médias e as grandes propriedades, contribuindo para a promoção de desigualdades sociais no campo (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). No entanto, a partir da década de 1990, a mobilização pela reforma agrária e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, desempenharam um papel importante em reconhecer e fortalecer esse tipo de agricultura.

O Pronaf, conforme estabelecido pelo Decreto nº 3.991/2001, tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável no meio rural, apoiando atividades agrícolas e não agrícolas, possibilitando a incorporação de novas técnicas e insumos de produção, o que permite aos agricultores familiares acessarem outros mercados, acumularem mais capital e gerarem mais empregos e renda (PIRES, 2013).

O crédito do Pronaf passou a ser utilizado como uma ferramenta para promover um padrão de desenvolvimento mais sustentável no meio rural. Ao longo dos anos, os critérios de distribuição do crédito rural foram reformulados, com o objetivo de adequar a estrutura do Programa à diversidade da agricultura familiar e ampliar a sua atuação nacional (AQUINO; SCHNEIDER, 2011). Em linhas gerais, as principais mudanças foram uma maior estratificação dos beneficiários segundo o nível de renda e a consequente incidência de juros diferenciados para cada estrato.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a agricultura familiar e a atuação do Pronaf no Vale do Jequitinhonha. A pesquisa parte da premissa de que, por ser o Jequitinhonha uma região menos desenvolvida e com uma significativa parcela da sua população vivendo no meio rural, a agricultura familiar tem papel relevante na

geração de renda, na ocupação da mão de obra e na produção de alimentos para as famílias. Dado que o Pronaf é a política agrícola com maior impacto em termos de disponibilização de recursos financeiros aos agricultores familiares, é importante analisar a atuação desta política em uma região menos desenvolvida.

2 O VALE DO JEQUITINHONHA

O Vale do Jequitinhonha, localizado no nordeste do estado de Minas Gerais, abrange uma área de 65.850 km² dentro dos limites territoriais mineiros. Até 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classificava-o como uma mesorregião denominada Jequitinhonha, então composta por dois territórios distintos: o Alto Jequitinhonha e o Médio/Baixo Jequitinhonha⁴.

Essa região é composta por três bacias hidrográficas distintas: a do Alto Rio Jequitinhonha, a do Rio Araçuaí e a do Médio e Baixo Jequitinhonha. Como apontado por Ribeiro e Galizone (2013a), grande parte da área drenada pelo Rio Jequitinhonha encontra-se no semiárido, sujeita a secas e às variações na distribuição de chuvas, especialmente na porção norte/nordeste de Minas Gerais.

Atualmente, o Vale do Jequitinhonha permanece sendo uma região menos desenvolvida, em grande medida porque os projetos políticos para a agricultura do passado foram incapazes de reverter os baixos indicadores sociais da região. Além disso, a região enfrenta desafios climáticos, com um regime de chuvas escasso, bem como com a distância da região de centros mais dinâmicos e com estradas em condições precárias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017a).

De acordo com os dados da Fundação João Pinheiro (2022), em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Alto Jequitinhonha era de R\$ 15,09 e o do Médio/Baixo Jequitinhonha era de R\$ 10,95, valores muito inferiores ao do estado de Minas Gerais, que foi de R\$ 32,07. Já o PIB nesses dois territórios juntos representava, no mesmo ano, apenas 1,46% do total do estado de Minas Gerais. A atividade econômica da região depende basicamente do setor de serviços, da administração pública e da agricultura familiar, com maior representatividade da produção para autoconsumo.

A Taxa de Analfabetismo para a população de 15 anos ou mais, em 2010, era de 17,5% no Alto Jequitinhonha e de 23,9% no Médio/Baixo Jequitinhonha, sendo que, em Minas Gerais, essa taxa era de 8,2%. Em relação ao nível de instrução da população, mais de 70% das pessoas com mais de 25 anos, em 2010, não possuíam o ensino fundamental completo, percentual muito superior ao do estado, que era de 54,36%. No âmbito da saúde, a atenção primária demandava expansão da cobertura nas áreas rurais, principalmente nas comunidades mais afastadas, fazendo-se necessária a organização das atividades essenciais, como o cumprimento de protocolos de assistência da atenção básica (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017b).

De acordo com o censo demográfico, a população rural da mesorregião do Jequitinhonha representava 43,8% da população total em 2000, diminuindo para 37,8% em 2010. Em Minas Gerais, esses percentuais eram de 18,1% e 14,7%, respectivamente, durante o mesmo período. É pertinente ressaltar que o território do Médio/Baixo Jequitinhonha possui uma concentração mais expressiva de população rural em comparação ao Alto Jequitinhonha. Diante disso, considerando a parcela significativa da

⁴ Em 2017, o IBGE criou uma nova divisão regional do Brasil e as mesorregiões passaram a se chamar regiões geográficas intermediárias, com alterações nos municípios que as compõem. A região geográfica intermediária que possui correspondência com a mesorregião do Jequitinhonha é a de Teófilo Otoni, porém, esta última engloba um número maior de municípios. Desse modo, embora tenha ocorrido essa alteração, a maioria das informações apresentadas neste artigo refere-se à mesorregião do Jequitinhonha.

população do Jequitinhonha que permanece em áreas rurais, enfatiza-se a importância crucial da agricultura na região.

Nesse contexto, destaca-se o papel da agricultura familiar como um potencial agente propulsor do desenvolvimento em consonância com os objetivos estabelecidos pela ONU para os próximos anos. Estes objetivos incluem a promoção da agricultura sustentável, a garantia da segurança alimentar e a geração de renda para as famílias, tendo como consequência o desenvolvimento econômico. A próxima seção deste estudo abordará a agricultura familiar no contexto do Jequitinhonha.

3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO JEQUITINHONHA

A agricultura familiar desempenha um papel importante para a subsistência dos agricultores no Vale do Jequitinhonha. No entanto, para que essa atividade tenha um impacto significativo no desenvolvimento da região, é fundamental abordar questões relacionadas ao acesso à terra de maneira mais equitativa e democrática.

Por meio dos dados do Censo Agropecuário de 2017, observa-se que, em Minas Gerais, 26,15% da área agrícola era dedicada à agricultura familiar, que representava 72,72% do total dos estabelecimentos agrícolas. Por outro lado, os estabelecimentos não familiares ocupavam 73,85% da área destinada à agricultura, mas representavam apenas 27,28% do total de estabelecimentos. Na mesorregião do Jequitinhonha, a proporção de estabelecimentos familiares é de 75,44% – número pouco maior que a média de Minas Gerais –, os quais ocupam uma área média de 23,87 hectares, o que representa 32,70% da área destinada à agricultura.

Além das desigualdades na distribuição de terras, caracterizadas pela concentração de áreas nos estabelecimentos patronais, observa-se uma maior concentração de terras em grandes estabelecimentos, particularmente no Médio/Baixo Jequitinhonha.

Os dados do Centro Agropecuário de 2017 revelam que a estrutura fundiária no Alto Jequitinhonha é mais pulverizada, com 94,98% das propriedades ocupando menos de 100 hectares, sendo que 56,06% delas possuem áreas inferiores a 10 hectares. Por sua vez, propriedades com áreas entre 100 e 1.000 hectares representam 5,03%, enquanto estabelecimentos com mais de 1.000 hectares representam 0,35% do total. Em relação à distribuição da área ocupada, no Alto Jequitinhonha, o percentual de ocupação por propriedades menores de 10 hectares representa apenas 5,67% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Já os estabelecimentos com áreas entre 100 e 1.000 hectares ocupam 26,01% da área agrícola, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, embora representem apenas 0,35% do total, ocupam uma parcela significativa, de 36,96% da área.

No Médio/Baixo Jequitinhonha, por outro lado, a estrutura fundiária apresenta maior concentração. Cerca de 85,14% dos estabelecimentos possuem áreas inferiores a 100 hectares, e 42,86% deles possuem áreas menores que 10 hectares. Propriedades com áreas entre 100 e 1.000 hectares representam 12,91% do total, percentagem substancialmente maior do que no Alto Jequitinhonha (5,03%). Estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que compõem 0,77% do total, também são mais numerosos do que no Alto Jequitinhonha (0,35%). No que diz respeito à ocupação de terras, estabelecimentos com menos de 10 hectares ocupam apenas 2,22% da área total destinada à agricultura. Aqueles com áreas entre 100 e 1.000 hectares ocupam 55,69%, uma proporção significativamente maior do que no Alto Jequitinhonha, que registra 26,01%. Estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, representando 0,77% do total, ocupam 19,70% da área.

Essa análise da estrutura fundiária e da distribuição de terras destaca a complexidade da agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha e a necessidade de abordar questões relacionadas ao acesso à terra, para promover um desenvolvimento mais equitativo na

região. De acordo com Ney e Hoffmann (2003), o capital físico é a variável mais relevante para explicar a geração da renda na agricultura.

A alta concentração fundiária no Vale do Jequitinhonha tende a manter a produção de alimentos em segundo plano. Nesse sentido, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, os estabelecimentos com áreas de até 10 hectares são os que produzem alimentos de primeira necessidade, como abóbora, arroz, feijão, mandioca e milho. Em 2017, por exemplo, estabelecimentos do Jequitinhonha com até 5 hectares eram responsáveis por 99,76% da produção de abóbora, bem como por 100% da produção de arroz e de feijão, 85% da produção de mandioca e 99,59% da produção de milho. No que concerne à silvicultura, 69,91% dos estabelecimentos dedicados ao cultivo do eucalipto possuíam áreas superiores a 10 hectares, com a maioria (51,39%) dos estabelecimentos com mais de 20 hectares destinados a essa atividade.

Outro aspecto importante para a agricultura familiar e para o desenvolvimento no Jequitinhonha são os serviços de orientação técnica. De acordo com Castro e Pereira (2017), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) desempenha um papel crucial na adoção de práticas agrícolas rentáveis e sustentáveis, proporcionando um retorno mais eficaz dos recursos financeiros para os agricultores familiares. Além disso, esses serviços auxiliam na elaboração da documentação necessária para a emissão da Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), com base na renda anual e nas atividades exploradas, orientando os agricultores para as linhas de crédito específicas do Programa.

Entretanto, a cobertura de assistência técnica no Jequitinhonha é significativamente inferior à média estadual. Como demonstrado na Tabela 1, a seguir, o percentual de agricultores familiares que declaram receber orientação técnica na região está abaixo dos números observados no estado de Minas Gerais como um todo.

Tabela 1 – Número de agricultores familiares que receberam assistência técnica nos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha e em Minas Gerais (2017)

Unidade geográfica	Total Agricultores	Recebem assistência técnica	Não recebem assistência técnica	Percentual de agricultores assistidos
Minas Gerais	441.829	100.118	341.711	22,66
Mesorregião do Jequitinhonha	39.047	3.591	35.456	9,20
Território Alto Jequitinhonha	16.082	1.784	14.298	11,09
Território Médio/Baixo Jequitinhonha	22.965	1.807	21.158	7,87

Fonte: o autor, com base nas informações do IBGE (2017).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, em Minas Gerais, dos 441.829 agricultores familiares, 22,66% recebem orientação técnica. No Alto Jequitinhonha, esse percentual é de 11,09% e, no Médio/Baixo Jequitinhonha, de apenas 7,87%. Considerando todo o Vale do Jequitinhonha, dos 39.047 agricultores familiares, apenas 3.591 têm acesso à assistência técnica, o que corresponde a 9,20% do total.

Essa falta de assistência técnica adequada na região pode ser atribuída, em parte, à escassez de profissionais técnicos nas instituições oficiais responsáveis por essa atividade. Por consequência, de acordo com Olalde (2005 *apud* CASTRO; PEREIRA, 2017), sendo o corpo técnico nessas instituições reduzido, torna-se difícil a prestação de orientação individualizada aos agricultores familiares. A título de ilustração, alguns escritórios regionais contam com apenas dois ou três técnicos, que, diante do grande número de agricultores familiares (em algumas regiões, chegando a 5.000 por escritório),

não conseguem atender a demanda de forma eficaz. Ademais, em muitos casos, a política de assistência técnica se pauta em projetos padronizados, que oferecem acompanhamento técnico limitado, frequentemente restrito a visitas de fiscalização para liberar parcelas do Pronaf ou realizar atividades de capacitação de curto prazo.

A escassez de assistência técnica no Vale do Jequitinhonha é ainda mais preocupante devido aos altos índices de analfabetismo e ao baixo nível de instrução entre os agricultores familiares (TABELA 2). Como observado por Castro e Pereira (2017), a falta de qualificação dos produtores impacta na adoção limitada de práticas agrícolas adequadas, resultando em perda de produção e, conseqüentemente, em baixos rendimentos. A falta de acesso a inovações tecnológicas disponíveis agrava ainda mais essa situação.

Tabela 2 – Taxa de analfabetismo e nível de instrução dos agricultores familiares com mais de 25 anos de idade no Vale do Jequitinhonha (2017)

Unidade geográfica	Porcentagem de agricultores analfabetos	Porcentagem de agricultores que não possuem o ensino fundamental completo
Minas Gerais	15,44	65,69
Mesorregião do Jequitinhonha	33,41	77,71
Território Alto Jequitinhonha	33,31	77,98
Território Médio/Baixo Jequitinhonha	33,48	77,43

Fonte: o autor, com base nas informações do IBGE (2017).

Na mesorregião do Jequitinhonha, a taxa de analfabetismo entre os agricultores familiares com mais de 25 anos de idade era de 33,41% em 2017, apresentando números semelhantes nos territórios do Alto Jequitinhonha (33,41%) e Médio/Baixo Jequitinhonha (33,48%). Essas taxas eram consideravelmente mais altas do que a média de Minas Gerais, que foi de 15,44%. Além disso, em ambos os territórios, cerca de 77% dos agricultores familiares não possuíam o ensino fundamental completo, um percentual superior ao de Minas Gerais (65,69%).

Apesar do problema da concentração fundiária, da baixa assistência técnica e das taxas de analfabetismo elevadas, a agricultura familiar manteve participação considerável na produção de alimentos importantes de primeira necessidade, na produção de leite e mel e na criação de suínos. Com exceção da produção de banana e da criação de bovinos, a agricultura familiar contribuiu com mais de 50% da produção total em várias categorias.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, na lavoura temporária, como abóbora, arroz, feijão e mandioca, a agricultura familiar se destacou, com ênfase no Médio/Baixo Jequitinhonha, onde ela foi responsável por 93,33% da produção de arroz. Na lavoura permanente, a agricultura familiar liderou na produção de laranja, manga e urucum. Na horticultura, ela contribuiu com mais de 90% da produção de abobrinha, alface e cenoura, e com 88,89% da produção de batata-doce. Na pecuária, por sua vez, a agricultura familiar desempenhou um papel importante, participando com 61,04% da produção de leite, com 83,08% da apicultura e com 72,49% da suinocultura. Diferentemente, na bovinocultura, sua contribuição foi relativamente menor, representando 42,41% do total, com destaque para o Médio/Baixo Jequitinhonha, onde a agricultura familiar teve uma participação em 38,32%, em contraste com o Alto Jequitinhonha, onde essa modalidade agrícola foi responsável por uma significativa fatia de 60,71% da criação de gado.

O número de estabelecimentos da agricultura familiar é superior na maioria das atividades econômicas, o que demonstra a importância deste segmento na geração de

renda, na melhoria da qualidade de vida da população local e no sustento de muitas famílias na região.

A ocupação das pessoas na agricultura familiar no Jequitinhonha também é destaque, principalmente nas culturas temporárias, na horticultura e na suinocultura, como ilustrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos e pessoal ocupado por grupo selecionado de atividades na agricultura na Mesorregião Jequitinhonha (2017)

Mesorregião Jequitinhonha	Nº de estabelecimentos		Pessoal ocupado (pessoas)		Pessoal ocupado (%)	
	Familiar		Familiar		Familiar	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Produção de lavouras temporárias	3.562	11.648	9.131	28.791	24,08	75,92
Horticultura e floricultura	178	753	706	2.101	25,15	74,85
Produção de lavouras permanentes	838	2.108	5.055	6.115	45,26	54,74
Criação de bovinos	4.297	13.651	15.256	36.422	29,52	70,48
Criação de suínos	370	1.266	1.081	3.475	23,73	76,27
Produção florestal - florestas plantadas	515	830	3.300	2.093	61,19	38,81
Total	9.760	30.256	34.529	78.997	30,42	69,58

Fonte: o autor, com base nas informações do IBGE (2017).

A agricultura familiar na região do Vale do Jequitinhonha se destaca em termos de número de estabelecimentos e mão de obra empregada em todas as categorias de produção analisadas. Dos 113.526 indivíduos ocupados na região, 78.997 estão vinculados à produção familiar, o que representa 69,58%. Os maiores percentuais de ocupação estão nas atividades de criação de suínos (76,27%), lavoura permanente (75,92%), e horticultura e floricultura (74,85%). Mesmo nas lavouras permanentes, que apresentam um percentual ligeiramente inferior, a agricultura familiar ainda emprega de forma significativa, com 6.115 pessoas atuando nesse segmento. Na criação de bovinos, em que 42,41% das cabeças de gado da região pertencem à agricultura familiar, a mão de obra é responsável por 70,48% do pessoal ocupado. Vale ressaltar que o destaque na ocupação da agricultura familiar nessa categoria se deve, em grande parte, à produção de leite, representando 61,04% do total dos estabelecimentos familiares. Na produção florestal, que engloba o plantio de eucalipto, a mão de obra ocupada é de 38,81% – um percentual de baixo impacto, considerando que a principal força da silvicultura é de origem patronal.

No Jequitinhonha, a agricultura familiar, além de ser importante para a absorção da mão de obra, contribui para fortalecer a interação social e desenvolver a economia regional. De acordo com Ribeiro *et al.* (2013b), os produtos da agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha abastecem as feiras livres, que fazem parte da economia e da cultura local. A comercialização nas feiras, por sua vez, supre as cidades com produtos regionais de qualidade, facilita o escoamento das produções dos agricultores e aquece o mercado urbano, além de que os feirantes retornam para a zona rural com produtos manufaturados e outros utensílios.

Diante do cenário configurado pelos dados apresentados nesta seção, revela-se o potencial significativo da agricultura familiar para contribuir com o desenvolvimento da região do Jequitinhonha. Por conseguinte, mesmo diante de desafios como a concentração fundiária, a escassez de assistência técnica e as elevadas taxas de analfabetismo, a

agricultura familiar mantém sua relevância no Jequitinhonha, seja por sua evolução, seja por sua resiliência. Além disso, a sua participação substancial na produção de culturas fundamentais, como a do arroz e a do feijão, bem como a considerável absorção de mão de obra em diversas atividades, evidencia a força que a agricultura familiar possui para impulsionar o desenvolvimento na região.

Nesse contexto, é essencial destacar a importância das políticas públicas voltadas para essa atividade, com destaque para o Pronaf, que desempenha um papel crucial ao subsidiar os agricultores na expansão de suas atividades produtivas. Assim, a próxima seção propiciará uma análise da evolução e do impacto do Pronaf na produção agropecuária do Vale do Jequitinhonha.

4 O PRONAF NO VALE DO JEQUITINHONHA

O Pronaf é uma política de abrangência nacional voltada para o setor da agricultura familiar que subsidia os agricultores familiares, visando ao aprimoramento de sua produção, tanto para a subsistência quanto para a geração de renda, por meio da comercialização dos seus produtos. A seguir são apresentados alguns dados sobre a atuação do Pronaf na região do Jequitinhonha.

A Tabela 4 apresenta a evolução dos contratos e recursos do Pronaf na mesorregião, utilizando os dados disponibilizados no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil. No período de 2013 a 2022, a região do Jequitinhonha registrou variações no número de contratos do Pronaf. Em 2013, observou-se o maior número de contratos celebrados, totalizando 22.332. A partir desse ponto, ocorreu uma queda gradual, com pequenos aumentos em 2017 e 2021.

Tabela 4 – Número de contratos e recursos disponibilizados do Pronaf na Mesorregião Jequitinhonha entre 2013 e 2022

Ano	Número de contratos do Pronaf			Recursos do Pronaf disponibilizados (em Reais e valores constantes de 2023)*		
	Mesorregião Jequitinhonha	Território Alto Jequitinhonha	Território Médio/Baixo Jequitinhonha	Mesorregião Jequitinhonha	Território Alto Jequitinhonha	Território Médio/Baixo Jequitinhonha
2013	22332	10188	12144	175.342.694,43	108.243.369,20	67.099.325,23
2014	20758	10379	10379	248.766.375,17	117.131.556,57	131.634.818,60
2015	18534	7625	10909	149.249.942,27	59.369.817,40	89.880.124,86
2016	12261	5424	6837	84.615.445,34	33.432.963,61	51.182.481,73
2017	20749	9527	11222	129.012.115,81	48.529.948,25	80.482.167,55
2018	19389	9348	10041	145.388.686,44	57.216.061,12	88.172.625,32
2019	16533	7279	9254	129.277.471,45	54.032.968,43	75.244.503,02
2020	17164	7155	10009	136.056.968,88	54.703.059,02	81.353.909,86
2021	18405	7716	10689	161.937.939,72	60.346.831,76	101.591.107,97
2022	18000	7598	10402	202.873.456,15	67.099.325,23	135.774.130,92

Fonte: o autor, com base nas informações do Banco Central do Brasil (2022).

Nota*: Valores constantes de 2023.

Comparando os territórios do Alto Jequitinhonha e do Médio/Baixo Jequitinhonha, observa-se que o último possui um maior número de contratos firmados. Isso pode ser explicado, em parte, pela maior quantidade de municípios que compõem o Médio/Baixo Jequitinhonha, totalizando 29, em comparação aos 22 do Alto Jequitinhonha. No entanto, é importante destacar que, apesar da variação no número de contratos, o montante de recursos do Pronaf disponibilizado para ambas as regiões apresentou um aumento

significativo, com exceção dos anos de 2015, 2016 e 2019, nos quais houve uma queda nesse montante.

Em 2014, destacou-se o maior valor disponibilizado, atingindo a marca de R\$ 248.766.735,17. Notavelmente, mesmo com a redução no número de contratos desde 2013, o montante disponibilizado aumentou a partir de 2017. Isso ocorreu em virtude do reajuste dos valores dos contratos, com exceção de 2019, quando o montante caiu para R\$ 129.277.471,45.

Essa dinâmica sugere que o incremento no crédito se deu, principalmente, pelo aumento dos valores dos contratos, e não necessariamente pelo aumento no número de agricultores familiares subsidiados. Portanto, é fundamental considerar a ampliação do atendimento por meio da política de crédito tanto pelo aumento do número de contratos quanto pela elevação dos valores contratados. Isso se torna crucial para atender os agricultores familiares mais vulneráveis e empobrecidos, que necessitam de apoio para desenvolver suas atividades produtivas.

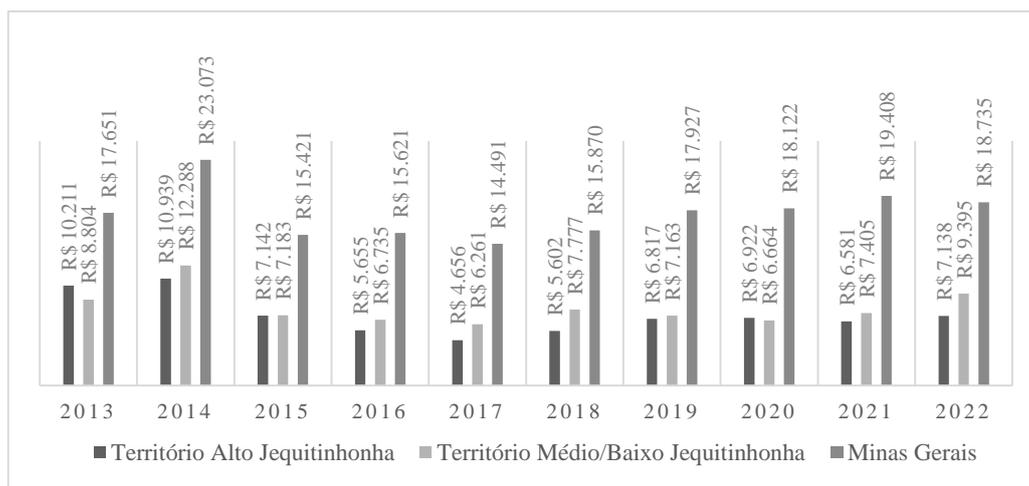
Além da limitação no número de contratos celebrados, é importante notar que o valor médio do crédito destinado ao Jequitinhonha é consideravelmente inferior ao valor médio do crédito concedido em todo o estado de Minas Gerais, especialmente no que diz respeito aos recursos destinados a investimentos (conforme evidenciado nos Gráficos 1 e 2). Essa menor alocação de recursos pode indicar que o estímulo ao desenvolvimento e à melhoria da produção na região ainda não atingiu o nível necessário para impulsionar o crescimento sustentável do segmento familiar.

O Pronaf oferece dois tipos de financiamento: crédito de custeio e crédito de investimento. Ambas as modalidades permitem aos produtores modernizarem suas práticas agrícolas, adquirindo equipamentos e inovações necessários para melhorar a produção e a comercialização de mercadorias (PIRES, 2013).

Os créditos de custeio são direcionados para atividades agropecuárias e não agropecuárias, incluindo ciclo de produção, entressafra e processos que agregam valor, como a armazenagem e a comercialização de produtos da agricultura familiar. Já os créditos de investimento têm o propósito de expandir e modernizar as operações de produção, bem como apoiar atividades relacionadas à comercialização, infraestrutura, preservação ambiental, turismo rural e extrativismo (PIRES, 2013).

O Gráfico 1 ilustra o valor médio dos recursos de investimento alocados nos territórios do Vale do Jequitinhonha e no estado de Minas Gerais entre os anos de 2013 e 2022. Os valores médios dos investimentos nos dois territórios apresentam oscilações que se mantêm em torno de um patamar inferior à metade da média do estado ao longo de todo o período analisado. A discrepância entre esses valores sugere a necessidade de um redirecionamento de políticas para a agricultura familiar na região, a fim de promover um desenvolvimento mais equitativo e eficaz.

Gráfico 1 – Valor médio dos recursos de investimento do Pronaf nos territórios Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha e em Minas Gerais entre 2013 e 2022

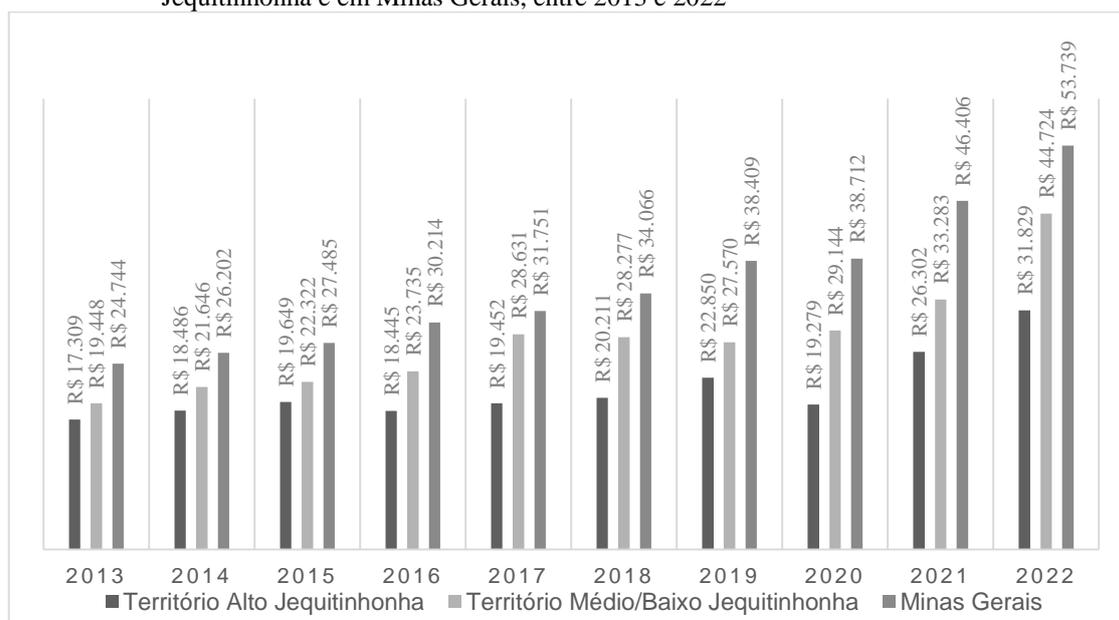


Fonte: o autor, com base nas informações do Banco Central do Brasil (2022).

Nota*: Valores constantes de 2023.

O Gráfico 2 apresenta o valor médio dos recursos de custeio. Observa-se que este valor apresenta uma diferença menos acentuada em relação ao crédito de investimento entre os territórios e o estado de Minas Gerais. Observa-se também que o valor médio para custeio é maior que o de investimento. Entretanto, é relevante notar que, apesar de o valor médio para a modalidade de custeio ser superior ao de investimento, a quantidade de agricultores beneficiados por esta categoria de crédito é significativamente inferior àquela. Isso pode sugerir uma limitação no acesso ao crédito, com concentração em um número reduzido de agricultores, o que tende a acentuar as desigualdades entre os agricultores familiares na região. Esse cenário aponta para a necessidade de políticas que visem à democratização do acesso ao crédito, a fim de promover um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo da agricultura familiar no Jequitinhonha.

Gráfico 2 – Valor médio dos recursos de custeio do Pronaf nos territórios Alto e Médio/Baixo Jequitinhonha e em Minas Gerais, entre 2013 e 2022



Fonte: o autor, com base nas informações do Banco Central do Brasil (2022).

Nota*: Valores constantes de 2023.

Ao se analisar a alocação de recursos entre as categorias de custeio e investimento no âmbito do Pronaf, observa-se que esta é superior àquela. Em 2022, no Alto Jequitinhonha, os recursos para investimento corresponderam a quase 70% do total de recursos alocados e, no Médio/Baixo Jequitinhonha, esse valor se aproximou dos 60%. Diante disso, cabe indagar se o Pronaf não estaria estimulando o caráter produtivista no Jequitinhonha. Como destacado por Grisa *et al.* (2014), o crédito de investimento tende a direcionar-se mais para a aquisição de equipamentos e maquinários, com valores frequentemente mais substanciais, o que pode estimular a intensificação da produção comercial. Os autores ainda acrescentam que,

ao adquirir um financiamento elevado referente a esse fim, o agricultor familiar tende a intensificar a produção comercial e aumentar a escala para cumprir seus compromissos com o banco, não raro investindo na especialização produtiva, na produção de commodities (GRISA *et al.*, 2014, p. 335).

Além disso, um volume de crédito para a modalidade de investimento maior do que o de custeio sugere um caráter de financiamento mais produtivista na região, considerando que a concessão do crédito pelas instituições financeiras favorece agricultores que têm maior capacidade de pagamento do empréstimo, como identificado por Mattei (2014). Este cenário no Jequitinhonha não é um problema desde que o Pronaf não esteja ampliando a desigualdade entre seus beneficiários. O problema de fato é que o crédito de custeio é muito inferior ao de investimento nos dois territórios, e o número de contratos celebrados está muito aquém do necessário para uma região menos desenvolvida, o que tende a deixar muitos agricultores sem verbas para a subsistência das famílias na região.

Sob essa ótica, é importante destacar que o crédito de custeio, como dispõe o Manual de Crédito Rural do Banco Central (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023), também tem como objetivo subsidiar as famílias para a aquisição de animais destinados à produção de alimentos para a subsistência, bem como para a compra de medicamentos, vestuário, utensílios domésticos, construção ou reforma de instalações sanitárias e outros gastos essenciais para o bem-estar da família. Portanto, expandir o crédito de custeio para sustentar a produção no Jequitinhonha é essencial, especialmente considerando o grande número de agricultores familiares empobrecidos na região. Para a realização deste propósito, é necessário, também, ampliar a cobertura de assistência técnica no Jequitinhonha, porque, como demonstrado na seção anterior, a região apresenta uma cobertura inferior à média do estado de Minas Gerais.

Por meio dos dados do Banco Central do Brasil (2023), também se observa que os recursos alocados para as categorias de investimento e custeio do Pronaf estão mais concentrados no setor pecuário, em comparação com o agrícola, uma característica particularmente evidente no Médio/Baixo Jequitinhonha, que se caracteriza por ser mais voltado para atividades pecuárias, em contraste com o Alto Jequitinhonha. Ao longo de todo o período de análise, o setor pecuário manteve uma fatia superior a 60% dos recursos alocados para o Jequitinhonha como um todo. Entretanto, no Médio/Baixo Jequitinhonha, essa proporção ultrapassou os 83%, sinalizando para uma relativa fragilidade do setor agrícola familiar nesse território.

De acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil (2023), o Pronaf é organizado em quatro grupos distintos: Grupo “A”, Grupo “B”, Grupo “A/C” e Agricultores (Pronaf comum). Nos Grupos “A” e “A/C” estão enquadrados os agricultores reassentados devido à construção de barragens, os assentados em projeto de reforma agrária e os participantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário. No Grupo “A”, os beneficiários têm acesso ao crédito de investimento e, no “A/C”, ao crédito de custeio. O Grupo “B” inclui agricultores que não empregam trabalhadores assalariados permanentes e cuja a renda familiar não ultrapassa R\$ 23 mil (Safra 2021-2022). O Grupo

Agricultores (Pronaf comum) abrange os produtores mais capitalizados que buscam financiamento para a aquisição de estruturas destinadas ao cultivo protegido, equipamentos de automação, construção de silos e armazéns para armazenamento de grãos, compra de tanques para resfriamento de leite, instalações de ordenha, entre outros fins.

Conforme os dados obtidos a partir do Censo Agropecuário de 2017, na região do Jequitinhonha, os estabelecimentos familiares classificados no Grupo “B” totalizaram 33.488 dos 39.047 existentes, o que corresponde a uma proporção de 85,76% em relação ao número total de estabelecimentos (Tabela 5). Em termos comparativos, o percentual de agricultores familiares enquadrados no Grupo “B” com potencial de acesso ao Pronaf no Jequitinhonha destaca-se significativamente em relação à média estadual de Minas Gerais, que se situou em 61,73%. Esse dado ressalta a relevância da política do Pronaf na região do Jequitinhonha.

Tabela 5 – Estabelecimentos familiares, por grupo, do Pronaf, e estabelecimentos que obtiveram crédito até 2017 em Minas Gerais e no Jequitinhonha

Unidade Geográfica	Estabelecimentos familiares por grupos do Pronaf (%)			Estabelecimentos familiares por grupos que acessaram o Pronaf (%)		
	Grupo B	Grupo V (demais agricultores)	Agricultores não Pronafianos	Grupo B	Grupo V (demais agricultores)	Agricultores não Pronafianos
Minas Gerais	61,73	37,43	0,84	15,36	26,19	53,19
Território Alto Jequitinhonha	83,99	15,83	0,19	20,10	32,61	36,67
Território Médio/Baixo Jequitinhonha	87,01	12,94	0,06	18,76	30,80	61,54
Mesorregião Jequitinhonha	85,76	14,13	0,11	19,30	31,64	44,19

Fonte: O autor, com base nas informações de IBGE (2017).

Embora os agricultores pertencentes ao Grupo B na região do Jequitinhonha fossem maioria, uma parcela reduzida conseguiu efetivamente acessar o crédito disponibilizado pelo Pronaf. Até o ano de 2017, somente 19,30% dos agricultores desse grupo acessaram o Pronaf, o que representa um total de 6.463 agricultores dentre os 33.488 enquadrados nessa categoria. Quando se observa a diferença entre os territórios, nota-se que o Alto Jequitinhonha abrigava 83,99% dos agricultores classificados no Grupo B, dos quais apenas 20,10% acessaram o crédito. Por outro lado, o Médio/Baixo Jequitinhonha apresentou um percentual de 87,01% dos agricultores enquadrados no referido grupo, mas somente 18,76% conseguiram acessar o Pronaf.

A região do Jequitinhonha abriga 5.516 estabelecimentos que se enquadram no Grupo "V" (demais agricultores familiares), o que representa 14,13% do total de estabelecimentos familiares na área. Dentro desse grupo, 31,64% dos estabelecimentos, equivalendo a 1.745 agricultores, conseguiram acessar o crédito disponibilizado pelo Pronaf. Em termos relativos, o percentual de estabelecimentos desse grupo que obtiveram o crédito é bem superior. Ao se analisar os territórios individualmente, verificou-se que 32,61% dos estabelecimentos do Alto Jequitinhonha e 30,80% do Médio/Baixo Jequitinhonha acessaram o crédito do Grupo "V". Vale ressaltar que os demais agricultores familiares que não se beneficiaram do Pronaf representam apenas 0,11% (43 estabelecimentos), dos quais 44,19% (19 estabelecimentos) conseguiram obter algum

financiamento por meio de outros programas, como o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), ou mesmo obtiveram crédito sem vinculação a nenhum programa específico.

A análise da distribuição dos recursos do Pronaf entre os diferentes grupos de linhas de crédito (Pronaf B e Pronaf V) na região do Vale do Jequitinhonha reforça os resultados encontrados em estudos anteriores, como os de Pires (2013), Grisa *et al.* (2014) e IPEA (2013). Esses estudos indicam que, em termos relativos, o Pronaf é mais acessado por agricultores com maior capitalização e já inseridos em mercados, em comparação com o Grupo "B", que engloba agricultores mais empobrecidos. Essa tendência provavelmente contribui para aprofundar as desigualdades no meio rural do Jequitinhonha.

Outro problema identificado nesta análise que evidencia a natureza concentradora do crédito do Pronaf na região do Vale do Jequitinhonha é a diminuição gradual do número de contratos celebrados na mesorregião no período de 2013 a 2022. Paralelamente, observou-se um aumento constante no valor disponibilizado a cada ano, tendência que sugere que os agricultores que deixaram de acessar o Pronaf são, em sua maioria, aqueles em situação de maior empobrecimento e que não receberam assistência técnica, a qual, vale lembrar, possui um percentual muito superior ao do estado de Minas Gerais. Além disso, a alta taxa de analfabetismo na região e o percentual significativo de agricultores com mais de 25 anos que não completaram o ensino fundamental tornam o acesso ao crédito ainda mais difícil e podem resultar em um uso menos eficiente dos recursos para melhorar a produção agrícola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estimular a agricultura familiar no Jequitinhonha, como estratégia de promover o desenvolvimento da região, requer aprimoramentos nas políticas de apoio a essa parcela da população, como o Pronaf, visando a uma maior eficácia, especialmente para os agricultores mais desfavorecidos economicamente. Para otimizar o funcionamento do Pronaf na região, torna-se imperativo que os agentes responsáveis pela execução dessa política atuem de forma mais eficaz e que haja uma integração mais ampla entre o Programa e outras políticas públicas. Conforme evidenciado na seção 3, a disponibilidade de assistência técnica e extensão rural (ATER) no Jequitinhonha é substancialmente inferior à média observada em Minas Gerais, ainda que tais serviços desempenhem um papel fundamental no apoio aos agricultores – sobretudo aqueles pertencentes ao Grupo "B", que são os mais empobrecidos e que menos acessam o Pronaf. Nesse contexto, é crucial ampliar a atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) na região, aumentando o quadro de técnicos agrícolas à disposição dessa instituição. Além disso, a capacidade da ATER pode ser reforçada por meio da colaboração de órgãos públicos municipais relacionados à assistência técnica, bem como pela participação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e dos Institutos Federais (IFs), que mantêm seus *campi* localizados em cidades estratégicas da região, como Araçuaí, Almenara e Diamantina.

Outra questão de destaque diz respeito ao acesso à terra. Conforme evidenciado, há uma concentração de terras nos estabelecimentos agrícolas de maior porte no Jequitinhonha. Diante dessa realidade, são necessárias ações como a revisão dos contratos de concessão de terras – que já expiraram ou estão próximos de expirar – para o cultivo de eucalipto. O ideal seria o redirecionamento dessas terras, com a participação da comunidade local, para uso alternativo, ampliando a área destinada à agricultura familiar. Além disso, muitos trabalhadores na região não possuem título de propriedade de suas terras, o que reforça a necessidade de simplificar e acelerar o processo de regularização

fundiária, reduzindo custos e complexidades judiciais e extrajudiciais, de modo a permitir que as pessoas obtenham a documentação de suas terras e, conseqüentemente, tenham maior acesso ao Pronaf para fins de subsistência das famílias. Também se torna fundamental a expansão dos processos de titulação de territórios quilombolas e a demarcação de terras indígenas na região (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017b).

Para fortalecer a agricultura familiar, outra medida importante seria o estímulo à organização dos agricultores familiares, seja por meio do fortalecimento das associações de agricultores já existentes, seja pelo incentivo à criação de novas associações, com redução das taxas, burocracia legal e custos operacionais. Para promover uma participação mais efetiva das associações de agricultores familiares, é necessário incluí-las nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDR). Por outro lado, nos municípios onde as associações já fazem parte do CMDR, é importante fortalecer sua participação, visto que esses Conselhos desempenham um papel fundamental na execução das linhas de crédito do Pronaf, o que, por sua vez, é essencial para a implementação da infraestrutura e dos serviços nos municípios, contribuindo para o desenvolvimento local.

Outra medida crucial para fomentar a agricultura familiar seria o fortalecimento da política do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na região, a fim de impulsionar a produção local e direcionar alimentos para indivíduos em situação de insegurança alimentar, bem como para aqueles atendidos pela rede socioassistencial. Da mesma forma, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) precisa ser ampliado, incorporando alimentos da produção familiar regional em seus cardápios e garantindo a compra de, no mínimo, 30% dos produtos para a alimentação escolar de origem familiar do Vale do Jequitinhonha. Para viabilizar essa iniciativa, é importante organizar e fortalecer a participação dos produtores nas associações comunitárias, com o objetivo de fornecer produtos regionais para compras públicas e institucionais na região, especialmente nas escolas.

Ademais, as feiras municipais desempenham um papel relevante no Jequitinhonha, não apenas aquecendo o mercado local, mas também contribuindo significativamente para a renda dos agricultores familiares. Para muitos deles, as feiras representam a principal fonte de receita, proveniente da agricultura de subsistência. Nesse sentido, é fundamental criar mecanismos que permitam aos agricultores mais carentes comercializar seus produtos nas cidades, aumentando sua participação nas feiras. Para alcançar esse objetivo, é essencial que os municípios organizem o transporte dos produtos por meio de parcerias e recursos públicos, além de promoverem melhorias e expansões na infraestrutura das áreas de feiras.

Além disso, é necessário promover o fortalecimento da agroindústria familiar, incentivando aprimoramentos na qualidade dos produtos durante os períodos de entressafra. Nesse contexto, simplificar as exigências sanitárias, adaptando-as às peculiaridades dos agricultores familiares, e fortalecer os serviços de inspeção municipal, possivelmente por meio de consórcios, são aspectos essenciais, conforme apontado por Guimarães (2017). Também é fundamental abordar a incompatibilidade entre a legislação tributária e a previdenciária, a fim de assegurar que a venda de produtos da agroindústria familiar não prejudique o direito à aposentadoria rural dos produtores envolvidos nesse segmento.

Por último, destaca-se a importância de aprimorar o processo de certificação dos produtos regionais, orgânicos e agroecológicos, tornando-o mais acessível. Nesse contexto, a ampliação da participação de universidades e Institutos Técnicos Federais pode ser uma estratégia viável para expandir a oferta de produtos certificados e,

consequentemente, incentivar a comercialização de produtos da agricultura familiar na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sérgio. Doze anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 309-347, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3285>. Acesso em: 01 set. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural nº 715, de 02 de março de 2023**. Brasília, DF, 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural - Crédito Concedido**. Brasília, DF, c2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a reformulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/17699621/publicacao/17699630>. Acesso em: 27 de mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 31 maio 2022.

CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. Texto para discussão nº 2343. Brasília: IPEA, 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Contas regionais de Minas Gerais – ano de referência 2020**. Belo Horizonte: Fundação Joao Pinheiro, 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha**. Demografia e atividades econômicas principais: estudos de base. Belo Horizonte: Fundação Joao Pinheiro, 2017a. v. 2.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha**. Estratégias e ações. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2017b. v. 1.

GRISA, Cátia; JUNIOR, Valdemar João Wesz; BUCHWITS, Vitor Duarte. Revisitando o PRONAF: velhos questionamentos, novas interpretações. **RERS**, Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 323-346, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/FfGVnNCzjyTK6JgDCrQFfGg/?lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2023.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Planejamento, desenvolvimento territorial e as diretrizes para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. **Revista Espinhaço**, Diamantina, v. 6, n. 2, p. 2-14, 2017. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/3287/1/Planejamento%2c%20desenvolvimento%20territorial%20e%20as%20diretrizes%20para%20o%20desenvolvimento%20do%20Vale%20do%20Jequitinhonha.pdf>. Acesso em: 29 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 04 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1378>. Acesso em: 09 jun. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Caracterização do público potencial do PRONAF “B” na região Nordeste e no estado de Minas Gerais**: uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2013.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferreira de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469>. Acesso em: 30 maio 2023.

MATTEI, Lauro. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores familiares A e A/C entre 2000 e 2010. **Ver. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 58-69, jul.-set., 2014a. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/119>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MELLOR, John W. **Agricultural development and economic transformation**: promoting growth with poverty reduction. London: Palgrave Macmillan, 2017.
NEY, M. G; HOFFMANN, R. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. **Economia**. Niteroi, jan./jun. 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: ONU, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 23 de jun. 2022. Acesso em: 23 jun. 2022.

PIRES, Murilo José de Souza. **Contradições em processo**: um estudo da estrutura e evolução do PRONAF de 2000 a 2010. Brasília, DF: IPEA, 2013. (Série Texto para Discussão n. 1914). Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/111>. Acesso em: 7 maio 2023.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães *et al.* As feiras livres do Jequitinhonha. *In:* RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: UFRGS, 2013b, p. 127-150.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Terra, lavoura e migração no Alto Jequitinhonha. *In:* RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: UFRGS, 2013a. p. 25-44.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. S025-S044, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.